



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 - Calungá - Boa Vista-RR - CEP: 69303-220
Fone/Fax: (095) 3624-1224 – E-mail: conselho@ifrr.edu.br

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA – IFRR, realizada em 29 de maio de dois mil e quinze.

1- ABERTURA DA SESSÃO: Aos vinte e nove dias do mês de maio, do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Reitoria, reuniu-se o CONSELHO SUPERIOR - CONSUP/IFRR. A sessão teve início com o senhor Presidente do Conselho, prof. Ademar de Araújo Filho dando as boas vindas a todos os presentes e informando que a sessão iniciaria com a posse dos novos membros do Conselho. **1.1. Posse dos novos membros do Conselho Superior, biênio 2015/2017.** O presidente fez leitura do termo de posse que seria assinado pelo representante suplente da Eletrobrás Distribuição Roraima, Luiz dos Santos Almeida Junior. Depois de feita a leitura o novo conselheiro assinou o termo de posse. Posteriormente, foi questionado se o conselheiro Oreb Prado Lima aceitava os termos do termo de posse com conteúdo idêntico ao do conselheiro Luiz. Houve a concordância e o conselheiro assinou o termo de posse. Após finalizado a posse de ambos os conselheiros, Luiz Almeida retirou-se da sala pois teria de participar de outra reunião junto à instituição onde trabalha. **1.2 Verificação do Quórum:** Estavam presentes treze conselheiros, havendo assim, quórum suficiente para início dos trabalhos. **1.3. Abertura da Reunião:** O Senhor Presidente do CONSUP, Prof. ADEMAR DE ARAÚJO FILHO iniciou os trabalhos dando prosseguimento a pauta. **1.4. Aprovação da Pauta:** O presidente questionou se havia considerações quanto a ordem ou inclusão do conteúdo da pauta. Não houve considerações por parte da plenária. A pauta foi considerada aprovada. **1.5. Aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária.** Não houve considerações por parte da plenária, a ata foi considerada aprovada. **2- EXPEDIENTE: 2.1. Justificativas de Ausência:** O Presidente questionou a secretária do conselho se houve alguma justificativa de ausência, no que foi informado que os representantes Ivone Medeiros e Carlos Lima, representantes do Colégio de Dirigentes, justificaram suas ausências e que Aparecida Medeiros avisou que chegaria atrasada. **3. ORDEM DO DIA:** Antes do início da ordem do dia, o presidente fez uma breve explanação sobre ser a primeira reunião do novo conselho. Sobre a importância dessa reunião. Que define a instituição pelos processos aprovados. Que devemos ficar conscientes das responsabilidades que serão tomadas, com relação a estrutura logística da Instituição entre outros. **3.1 – PROCESSO Nº 23231.000055/2014-05, ASSUNTO: Regulamentação do funcionamento do ponto eletrônico no IFRR. RELATOR: Adailton Bastos:** Passada a palavra ao relator, Adailton Bastos. O relator saudou os demais membros e os servidores presentes. Falou da importância do corpo técnico dentro da instituição. Que a participação contribui com a atividade fim da instituição. Para os pares diz que se debruçou sobre o processo para encaixar os anseios dentro da legalidade. Que sem legalidade não origina direito. Que sabe que trouxe um estudo de forma responsável. Que a proposta estaria razoável, para atender aos técnicos e a instituição. Ao sindicato, o relator diz que os anseios devem ser buscados por meio de articulações para adquirir a regulamentação que atenda a esses anseios. O relator passou a leitura do parecer. Fez breves explicações com relação ao parecer. Que não achou no processo estudo de viabilidade relacionada a implantação, haja vista os problemas referentes ao SUAP. Que o sistema perde confiança uma vez que as vezes bate o ponto e o sistema não registra. Que vai sugerir à reitoria que verifique outros sistemas. O relator fez uma breve leitura do decreto-lei do ano de mil novecentos e sessenta e sete para explicar sobre o porquê do MPOG (Ministério do Planejamento) ir contra o saldo de crédito positivo. O decreto explica que o que trata com relação a pessoal, pois estamos subordinados ao MPOG. Temos autonomia relativa. Não somos autônomos em relação a tudo. Há orientação técnica do SIPEC com relação ao banco de horas. O relator falou sobre a segunda falta do servidor que poderia ser compensada até o mês subsequente. Sobre o “pagar o antecipado”. Usou como exemplo para subsidiar sua proposta os recessos de final de ano. Que permite pagar antecipado, antes das datas da ausência. Os ofícios do SRH permitiam a compensação antecipada. Diferencia do banco de horas por estar delimitando o período que seria utilizado. Essa compensação antecipada estaria limitada a noventa horas, excedente da carga horária, comparando com a permissão para pagamento de hora extra. Sugeriu que se aplique a mesma regra no caso da compensação antecipada. Que estaria limitado a sete vírgula cinco horas por mês. O relator falou sobre a flexibilização, sugerido uma hora, antes era quinze minutos. O relator fez uma exposição na lousa de vidro relativa ao somatório referente ao cálculo para se chegar a uma hora diária de flexibilidade para o servidor. Interrompendo o ponto de pauta, o presidente questionou a plenária se o servidor Silvio Rotter poderia fotografar a reunião. Não houve desfavoráveis ao registro fotográfico. Quanto a intervenção dos servidores presentes, após questionamento por parte do presidente, foi decidido que os conselheiros e os demais presentes escreveriam as dúvidas para questionar

52 posteriormente. As quinze e quarenta a conselheira Aparecida Medeiros chegou a reunião. O Relator pediu a correção
53 do parecer na página oito, onde consta o inciso V e o correto seria inciso IV. O Relator falou sobre o pedido de alguns
54 gestores para não haver ponto para todos ocupantes de cargo de confiança, contudo, o decreto já traz as especificações
55 e não compete ao conselho mudar essas especificações. O Ministério Público Federal e Tribunal de Contas da União,
56 utilizados como base para algumas reivindicações por parte dos servidores e Sinasefe, não estão subordinados ao
57 poder executivo. Que devemos buscar por meio de greves e outros o atendimento aos anseios dos servidores
58 vinculados ao executivo. Falou sobre isonomia, que se equiparando direito de greve ao direito de banco de horas,
59 greve está prevista na lei mas banco de horas não. Que deveria partir uma proposição do CONIF, ou esteja como pauta
60 de greve do sindicato. Em seu voto o relator é favorável a aprovação da regulamentação condicionada ao atendimento
61 das sugestões contidas em seu parecer. O Presidente agradeceu a matéria trazida. Que estaria fundamentada. Que o
62 estudo mostrava estar com base legal. Que o relator considerou todas as reivindicações. Que estaria subsidiando o
63 conselho para tomada de decisão. O presidente pediu permissão do conselho para que os servidores presentes
64 pudessem participar. A plenária não foi contrária a participação dos servidores que estavam na plateia. José Gleidson
65 falou que na Eletrobrás tem flexibilização, banco de horas, mas que considera a matéria extremamente complexa. Que
66 o sistema utilizado na Eletrobrás imprime o comprovante na chegada e na saída. Que haveria dificuldade quanto a
67 bateria. Que o sistema fora do ar gera problemas no final do mês. Que já possuem o sistema há mais de dois anos. Que
68 já houve problemas com a perda de todos os dados. Falou sobre o banco de horas, regras quanto a flexibilização de
69 uma hora, quanto a acumular horas. Que o empregado chega cedo, fica antes, fazendo banco de horas, gerando
70 dificuldade e que a empresa teria que regulamentar. Observa que o jeito que colocou o decreto não deixa passar da
71 semana. Que a área de TI não tem hora para sair. Que possuem um gasto enorme com hora extra. Adailton falou sobre
72 a implantação do banco de horas na empresa. Que seria bom que se conheça a realidade de outras situações. Pede
73 cautela para que o estudo seja bem fundamentado. Que realmente seja bom para o servidor. Que não faria do horário a
74 hora que “eu” quiser. Que não tendo sido autorizado não é válido. Que o chefe que tem que dizer se quer que “eu”
75 fique a mais. Muitos não entendem o que é banco de horas. Que há órgãos que querem tirar banco de horas. Emanuel
76 parabenizou o relator pelo parecer. Pela matéria exposta. Que tem que acreditar que o relator passou uma noite sem
77 dormir. Que os servidores públicos devem ser transparentes nos seus atos. No trabalho que fazem em benefício do
78 patrão que é povo brasileiro. Lembrou o porquê do ponto. Que tudo começou porque na UFRJ houve uma auditoria.
79 Que muitos servidores na UFRJ nem tinham folha. Que isso motivou o TCU a solicitar que o governo regularizasse
80 essa situação. Que chegou a determinação e que não temos como fugir da implantação do ponto eletrônico. Que o
81 ponto estaria experimentalmente instituído. Por essa implantação experimental, servidores tiveram dificuldades.
82 Preocupa-se pelo fato de a instituição estar preparada para todas essas sugestões do relator. Que não entraria no mérito
83 pois não conhece. Que com relação ao parecer, pediu esclarecimentos quanto ao controle de ponto do estudante. Que o
84 servidor estudante já estaria beneficiado com horário especial. Que teria que ver a isonomia. Cobrar de quem não é
85 estudante e não cobrar de quem é, se o sistema permite. Que se tem que pagar as mesmas horas, não vê porque
86 trabalhar com folha de ponto, se o sistema permite registrar o ponto. Adailton responde que o decreto dispõe de ponto
87 eletrônico e que o legislador falou que o estudante não teria que registrar eletronicamente. Que não seria questão
88 pessoal. Quanto a isonomia, lembrou-se dos professores que não precisam bater, mas que podiam bater na entrada e
89 saída da sala de aula. Por conta do decreto que impõe. Professor conseguiu equiparação é plausível e justo. Não vê
90 porque não se cumpra. Emanuel retoma, falou que professor não está pacificado. Que há procuradores que entendem
91 que tem que bater ponto. Que não tem decisão final. Adailton pede que conste em ata que com relação a redação da
92 resolução a mesma diz que o professor está equiparado, que insira na resolução o que ampara essa equiparação.
93 Emanuel retoma falando sobre o recesso de final de ano. Período de férias escolares. Horário corrido para os
94 servidores, não tem legalidade, temos que consultar, caberia prever trabalhar num estudo para o período de meio do
95 ano, para aplicar na instituição. Adailton fala do ponto facultativo com compensação no IF comunidade. O Presidente
96 falou do dia cinco de junho que seria facultado e que haveria compensação posterior. Emanuel retoma com relação ao
97 artigo vinte e oito. Amparo legal com relação ao inciso II, interesse do servidor. Sugere que seja incluído o interesse
98 da instituição. Adelson fala sobre a utilização do SUAP que veio do IFRN. Que fez parte da comissão de
99 regulamentação. Que viu outros sistemas. Que acredita que é o melhor. Que precisa ser melhorado para atender a
100 especificação. Mais que se preocupa com a questão dos órgãos que não são subordinados. Adailton informa que não
101 encontrou amparo legal no caso das instituições subordinadas ao executivo. Que não há direito sobre um ato nulo.
102 Falou sobre o Decreto duzentos e sessenta e sete. Adelson falou que questionou os colegas que fizeram parte da
103 criação do SUAP, mas não recebeu resposta. Que tem medo com relação a explanação do somatório feito pelo relator.
104 Que não atende ao Câmpus Novo Paraíso. Que no Câmpus Novo Paraíso se reduz uma hora no horário de almoço.
105 Muitos servidores acham caro no quesito alimentação. Sugere que se faça um estudo para verificar os horários
106 essenciais para o atendimento nos Câmpus Amajari e Novo Paraíso. Adailton fala da questão do sistema que não
107 controla o horário individual. Presidente interrompe para falar do sistema. Que a resolução tinha que se adaptar ao
108 sistema. Que o sistema abre a meia noite e fecha as vinte e três de cinquenta e nove. Que não cabe agora analisar o
109 sistema. Que tem que justificar a decisão que foi tomada pelo conselho. Marcos parabeniza o trabalho do relator. Que
110 alguns pontos preocupam. Que a comissão buscou sugestões, mas não atendem aos anseios. Que os servidores eram
111 aconselhados pela DGP a assinarem de 8h às 12h e das 14h às 18h. Falou sobre o banco de horas do TCU, UFRJ,

112 UFPE e UFRN. Que o IFRR se prende ao achismo de se o TCU bater vai dar problema. Questionou se só o IFRR está
113 certo e as outras estão erradas. Falou da qualidade de vida que a instituição não disponibiliza. Que deveríamos arriscar
114 mais. Que o TCU não determina se pode ou não colocar o banco de horas. Falou da questão da compensação. Que o
115 relato da comissão não era relato da comissão e sim relato pessoal. O presidente pediu a palavra para explicar o que
116 estava sendo falado pelo Marcos. Que se tratava de uma fala de um servidor citada no texto do relatório. Marcos
117 entendeu a explicação do presidente e que não teria se atentado a essa questão do relatório. O Presidente retomou
118 falando que houve a criação de uma terceira minuta conforme sugestão do relator. Conselheira Lídia se ausentou da
119 reunião as dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos. Eliezer parabenizou a exposição. Expôs sobre uma situação do
120 Câmpus Novo Paraíso. Presidente explica que alternância entra em regime de sistema de plantão. Que esse ponto já
121 teria sido tratado no CONIF. Arnou falou sobre o sistema que deixa registrar o ponto dez vezes por dia conforme disse
122 o Diretor da DTI, Jean Carlos. Que o gestor do Câmpus Amajari deveria cobrar do IFRR um melhor computador para
123 rodar o sistema. Falou também sobre problemas no sistema apresentados durante a semana. Presidente falou que
124 esteve com a Nilva, que é uma das Diretoras do MEC, para falar sobre tecnologia. Que precisamos atender
125 independente da tecnologia. Que temos de ter instrumentos para atender. Instrumentos para não prejudicar o servidor.
126 Faltou luz, servidor fica sem salário? De jeito nenhum. Que a resolução traz recursos para atender esses problemas.
127 Taynna agradece a oportunidade da palavra. Informou que fez parte da comissão. Que está preocupado que estamos a
128 cento e vinte dias em fase de teste. Que se nos amarrarmos ao sistema não sai nada. Questiona a uma hora e a
129 compensação sugerida pelo relator. Falou que se a plenária votar em compensação em um mês estaria infringido ao
130 artigo dezessete da lei oito mil cento e doze. Falou do direito de duas horas para compensação. Sobre a folha de ponto
131 para o estudante. Que o decreto na época não previa sistema aberto. Que temos mecanismos para cumprir a demanda.
132 Que a comissão buscou melhorar a questão dos quinze minutos com a flexibilização de uma hora. Que auxiliaria os
133 servidores no interior. Adailton fala da uma hora da proposta seria uma concessão e não um direito. Arnou lembrou
134 que na resolução só possui um artigo que fala de problemas no sistema que seria o artigo trinta e oito. Marta, técnica
135 do Câmpus Amajari, pediu a palavra e falou que não acompanhou toda a reunião por estar fora da sala, mas
136 acompanhou do lado de fora. Que vê a resolução atendendo a situação da capital. Que ocorre de haver situações que
137 fazem os servidores precisarem vir a Boa Vista para resolver. Que concorda com a folha de ponto para estudante. Que
138 achou mais interessante a folha de ponto para servidor estudante que estuda em Boa Vista. Falou de vulnerabilidade
139 psicossocial. De privações dos municípios do interior. Da pouca estrutura do município e do estado de Roraima. Que
140 considerando todos esses fatos seria interessante a folha de ponto para servidor estudante. Que o servidor técnico entra
141 com flexibilização de carga horária. Que se o servidor se ausentar três dias, como compensar em uma semana?
142 Quando ia conseguir compensar dezesseis horas? Ausência do chefe quando da necessidade de pedir autorização para
143 ficar mais tempo. Que acha interessante a compensação antecipada. Presidente complementou com relação as duas
144 horas para compensação. Adailton pediu que fosse colocado para votação. Lembrando que altera a compensação e não
145 a flexibilização. Presidente fala dos órgãos de controle. Que são funções deles. Que não deveríamos citar outras
146 instituições. Que eles têm seus setores. No caso da UFRR que tem seu conselho que assumiu a responsabilidade
147 quanto a sua regulamentação. Que assumimos o risco de sermos responsabilizados. Que não seria fazer terrorismo.
148 Que seria fazer a luz da legislação. Que sente na pele as injustiças. Que a legislação realmente não atende “a gente”.
149 Que defende um custo amazônico. Que temos que ver o que vincula “a gente”. Que teria de demitir o servidor porque
150 a lei manda. Que se não demitir seria penalizado. Que não é fácil fazer o equilíbrio entre o emocional e o racional.
151 Que isso vai mexer com a vida do servidor. Questiona como ficariam os servidores estudantes que estudam à noite e
152 não tem conflito e os que estudam em períodos esporádicos. Se eles teriam direito a folha de ponto. Agradeceu mais
153 uma vez os trabalhos do relator. Adailton diz que fez o máximo dentro da legalidade. Que não consegue gradar a
154 todos. O presidente explicou que houve o encaminhamento das seguintes propostas: alterar o inciso III, proposto pelo
155 relator, deixando que o artigo permita a compensação limitada a duas horas por dia. Emanuel propõe manter o artigo
156 nono, que fala do servidor estudante registrar o ponto eletronicamente. Adelson diz estar preocupado com a
157 banalização da flexibilização do horário. Foi explicado que a chefia deve fazer o controle. Em processo de votação,
158 primeira sugestão, ampliasse para duas horas a compensação. Alterar o artigo vinte e sete, inciso III, limitando para
159 duas horas. Todos os presentes foram favoráveis a proposta. Segunda proposta: manter artigo nono, servidor estudante
160 bater ponto eletrônico. Votos favoráveis a proposta do relator de colocar folha de ponto para o servidor estudante:
161 Wanderlei, Gleidson, Heila, Kelson, Amanda e Eliezer. Favoráveis a proposta de manter o registro eletrônico:
162 Emanuel, Aparecida Medeiros, Maria Francinete e Adelson. Devido à aprovação de manter a folha de ponto para
163 servidor estudante, deverá ser acrescido um parágrafo único, que condicione a folha de ponto à existência de conflito
164 de horário. Adailton pede para atualizar o artigo trinta, pois haveria uma Orientação Normativa mais atualizada que
165 seria a número três de dois mil e quinze. Presidente pediu que se registrasse que o parecer foi aprovado pela plenária
166 com as devidas sugestões. **3.2 – PROCESSO Nº 23231.000281/2015-77, ASSUNTO: Minuta da Política de**
167 **Inovação, Propriedade e Transferência de Tecnologia para CONSUP. RELATORA: Heila Antonia Rodrigues.**
168 Passada a palavra à relatora. A mesma fez a leitura do seu parecer. Posto em votação, o parecer foi aprovado por
169 unanimidade dos presentes. **3.3 – PROCESSO Nº 23231.000481/2014-49, ASSUNTO: Análise da alteração da**
170 **Resolução nº 053/2011 – CONSUP – Concessão de Retribuição por Titulação e Incentivo a qualificação,**
171 **RELATOR: Kelson Gomes. 3.4 – PROCESSO Nº 23254.000030/2013-62, ASSUNTO: Aprovação do Plano de**

172	Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio – Câmpus Amajari, RELATOR: Eliezer Nunes.
173	Os demais pontos de pauta não foram apreciados devido ao horário avançado em que se encontrava a reunião. 3.5 –
174	Distribuição de processos: PROCESSO Nº 23231.000267/2015-73 ASSUNTO: Proposta de regimento interno do
175	Comitê Gestor de Políticas para Educação Escolar Indígena do IFRR, distribuído para Heila Antonia Rodrigues.
176	PROCESSO Nº 23231.000519/2014-83, ASSUNTO: Comissão de elaboração da política de saúde e segurança do
177	servidor, conforme portaria nº 1835/GR, distribuído para Amanda Torres. PROCESSO Nº 23229.000439/2015-58,
178	ASSUNTO: Plano Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas,
179	distribuído para Maria Aparecida Medeiros. PROCESSO Nº 23482.000001/2015-79, ASSUNTO: Elaboração de
180	projeto pedagógico do Curso Técnico em Comércio – Subsequente, distribuído para Adelson Lima. PROCESSO Nº
181	23231.000155/2015-12, ASSUNTO: Relatório da Comissão de elaboração do Regimento Interno do Colégio de
182	Dirigentes do IFRR, distribuído para José Gleidson Gondim. 4.0 CONSIDERAÇÕES GERAIS: O presidente falou
183	sobre a grande participação do IFRR no III Fórum Mundial. Sobre a reunião do Conif que seria realizada em Boa
184	Vista. Que teria uma pauta de grande importância. Que seriam dois dias e meio de trabalho. Que o Sinasefe deveria
185	reivindicar o RSC dos técnicos. Que a gratificação de fronteira não atende a todos, somente aos servidores que
186	trabalham a 150 km da fronteira. Sobre os docentes EBTT, disse que no IFSul Rio Grandense o Sindicato entrou com
187	um pedido para que a EBTT não venha a bater ponto eletrônico mas que foi negado. Que no IFRN professor bate
188	ponto, mas estando em sala de aula. 5.0-ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: Não tendo mais nada a ser tratado, o
189	Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e em seguida encerrou a reunião. Eu, Natália Maia Costa, que
190	secretariei esta reunião, lavro a presente Ata que, após ser lida e aprovada na próxima reunião do Conselho, será
191	assinada por mim e os conselheiros. Boa Vista-Roraima, vinte e nove de maio de dois mil e quinze, às dezoito horas e
192	trinta minutos, sala de Reuniões da Reitoria.
193	Conselheiros do Conselho Superior do IFRR:
194	ADEMAR DE ARAÚJO FILHO _____
195	ELIEZER NUNES SILVA _____
196	MARIA APARECIDA ALVES DE MEDEIROS _____
197	EMANUEL ALVES DE MOURA _____
198	HEILA ANTONIA DAS NEVES RODRIGUES _____
199	JONIERISON ALVES PONTIS _____
200	ADELSON ALVES DE LIMA JUNIOR _____
201	HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA _____
202	KELSON GOMES DE CARVALHO _____
203	ADAILTON PAULO BASTOS DOS REIS JUNIOR _____
204	AMANDA FURTADO TORRES _____
205	OREB PRADO LIMA _____
206	WANDERLEI VIEIRA SANTOS _____
207	LIDIA MARIA DAS DORES COELHO TAVARES _____
208	MARIA FRANCINETE QUEIRÓZ DE ALMEIDA _____
209	JOSÉ GLEIDSON GONDIM _____
210	LUIZ DOS SANTOS ALMEIDA JUNIOR _____
211	Secretária:
212	NATÁLIA MAIA COSTA _____